



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 8/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM QUATRO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Drª. Emília Maria Almeida Santos Neves Matos.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I.-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente informou que foi publicado no Diário da República:-----

-----Declaração de Retificação nº. 14/2208, de 29 de março de 2018 – Retifica a Portaria nº. 57/2018, de 26 de fevereiro, das Finanças e Planeamento e das Infraestruturas, que regulamenta o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado “Portal Base”, e aprovados modelos de dados a transmitir, publicada no Diário da República, 1º. Série nº. 40, de 26 de fevereiro de 2018.-----

-----Deu também conhecimento que:-----

-----Em 21/03/2018 a Senhora Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, deslocou-se ao concelho de Mortágua para assistir à assinatura de um contrato na área do enoturismo (Sociedade Agrícola Boas Quintas) e a convite do Município efetuou uma visita



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ao Centro de Interpretação “Mortágua na Batalha do Bussaco”.-----

-----projeto “INsmartLIN Kit”, em representação do Agrupamento de Escolas e do Município de Mortágua, foi o grande vencedor da final do Concurso de Ideias de Negócio, nível Secundário/Profissional, promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. O projeto vai agora representar a CIM Região de Coimbra no Concurso Regional promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que terá lugar em junho, na Covilhã.-----

-----O concurso, na sua quinta edição, decorreu nos passados dias 24 e 25, em Oliveira do Hospital, no qual foram apresentados e avaliados 18 projetos dos municípios da CIM Região de Coimbra.-----

-----O projeto INsmartLIN Kit”, da autoria dos alunos Rafael Coelho, João Mortágua e Sara Oliveira (12º. ano), e coordenado pela Profª. Fátima Potró, pretende auxiliar as pessoas a controlar, de uma forma simples, prática e segura, a administração diária da insulina. O projeto consiste numa caneta inteligente para insulínos dependentes, que incorpora um equipamento eletrónico que regista toda a informação (data, hora e quantidade de insulina administrada), o qual, por sua vez, possui um cartão de memória que transmite esses dados através de bluetooth para uma aplicação informática que efetua todos os registos do diabético, estando estes disponíveis para o próprio, para os cuidadores e para o médico que o acompanha.-----

-----O Município de Mortágua, em parceria com o setor da Restauração e Hotelaria do concelho, promoveu a 2ª Mostra Gastronómica de Borrego, que decorreu nos dias 24 e 25 de março. Esta segunda edição contou com a participação de 12 restaurantes que deram a saborear aos visitantes uma variedade de pratos confeccionados à base do borrego.-----

-----No total foram servidas cerca de oitocentas (800) refeições de borrego, sendo que metade dos restaurantes tiveram aumentos de procura em relação ao ano passa.-----

-----De seguida os Vereadores eleitos pelo PS, no seguimento do pedido de inclusão de ponto na Ordem de Trabalhos da presente reunião, apresentaram a declaração que a seguir se



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

transcreve: -----

-----**“Processo 137/18 – OBEAVR – Autor: Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, Ld^a.; Réu: Município de Mortágua:**-----

-----Na sequência da proposta de acordo apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara na reunião de 21 de março de 2018 e das dúvidas que a mesma suscitou, na semana seguinte àquela reunião os vereadores do Partido Socialista efetuaram uma consulta aos processos administrativos das empreitadas “Empreitada da Ex E.N. 228 no Troço do Alto da Felgueira ao Limite do Concelho e Empreitada da Construção de Rotunda no Cruzamento da Ex E.N. para a Felgueira”, estranhamente, daqueles dois processos administrativos e do processo 137/18 – OBEAVR constam informações e factos importantes para a tomada de decisão, que não integram a proposta apresentada.-----

-----De tais factos não foi dado conhecimento devido à Câmara para uma tomada de posição e decisão em consciência e em conformidade com a legalidade.-----

-----Assim, mesmo cientes, que aquela data (29/03/2018), seria impossível respeitar o prazo definido no n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, mas atendendo à importância e à gravidade das omissões constantes na proposta de acordo apresentada pelo Sr. Presidente, entenderam os Vereadores do Partido Socialista solicitar a inclusão na ordem de trabalhos da reunião de 04/04/2018 do seguinte ponto:-----

-----**“Processo 137/18 – OBEAVR – Autor: Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, Ld^a.; Réu: Município de Mortágua:**-----

-----Proposta de Acordo - Empreitada da Ex E.N. 228 no Troço do Alto da Felgueira ao Limite do Concelho e Empreitada da Construção de Rotunda no Cruzamento da Ex E.N. para a Felgueira”.-----

-----Constatamos que tal pedido não foi atendido pelo Sr. Presidente da Câmara, o que por si só é revelador do incómodo que o assunto lhe suscita, pelo que formalmente reiteramos mais uma vez a inclusão do supra referido ponto na ordem de trabalhos da próxima reunião de câmara de 18 de Abril de 2018.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Mortágua, 4 de abril de 2018. Os Vereadores do Partido Socialista”-----

-----Em resposta à intervenção feita pelos Vereadores do Partido Socialista o Senhor Presidente fez a seguinte declaração: "Relativamente ao documento apresentado pelos Vereadores do PS quero informar que o pedido de agendamento do referido ponto na ordem de trabalhos da reunião de câmara de 04/04/2018 foi enviado no dia 29/03/2018, pelas 11,26 horas, ou seja pouco antes do encerramento dos serviços da Câmara Municipal e consequentemente também pouco antes de elaborar a ordem de trabalhos, e como entendo que o assunto merece ter o devido tratamento, o mesmo será agendado na próxima reunião de Câmara”-----

II.-PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21/03/2018:

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 21/03/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22/03/2018:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião extraordinária realizada a 22/03/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

3.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas no Vereador.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 62, referente ao dia 03/04/2018 e depois de rubricado se dá aqui por integralmente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO DE 2017:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente em cumprimento do artigo 10.º, do Estatuto do Direito da Oposição e alínea u) do número 1 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Relatório de Avaliação da Observância do Estatuto do Direito de Oposição do ano de 2017, que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento do Relatório de Avaliação e deliberou por unanimidade remetê-lo, conforme o disposto no número 2 do artigo 10º. da referida Lei, aos titulares do direito de oposição a fim de sobre ele se pronunciarem.-----

6.-EXPEDIENTE:-----

6.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

-----Foi presente a circular 27/2018 –PB, datada de 16/03/2018, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da qual dá conhecimento do resultado atual das negociações com o Governo relativas à Descentralização Administrativa – Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

6.2.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes dois (2) ofícios, referência 138 e 139, datados 29/03/2018, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua sessão extraordinária, realizada no pretérito dia 28 de março de 2018, tomou as seguintes deliberações:-----

-----Aprovou por unanimidade a Autorização Prévia de Compromisso Plurianual relativo ao Procedimento de Concurso Público com Publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para o Fornecimento de Contínuo de Combustíveis (gasóleo e gasolina) por Cartão Eletrónico.-----

-----Aprovou por unanimidade, nos termos da alínea b) do n.º 1, do n.º 7 do artigo 126.º, bem



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

como do n.º 1 do artigo 137.º do Decreto -Lei n.º 80/2015, de 14 maio, proceder à Suspensão Parcial da eficácia do Plano de Pormenor do Crafuncho e ao estabelecimento das Medidas Preventivas propostas para a área delimitada na planta anexa à respetiva proposta.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

7.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

7.1.-JUVENTUDE:-----

7.1.1.-Plano Inovador Combate ao Insucesso Escolar e Promoção do Sucesso Escolar - Da Escola, Agarra a Vida - Programa “Universidade Júnior – 2018” – 14.ª Edição:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação das Técnicas do Projeto Municipal “Da Escola, Agarra a Vida” através da qual dão conhecimento que a Universidade do Porto vai promover, novamente, o Programa “Universidade Júnior” no próximo mês de julho.-----

-----Para os alunos do 8.º ano de escolaridade o Programa integra várias oficinas de verão onde terão a oportunidade de desenvolver um projeto nas áreas do seu interesse.-----

-----Os alunos do 9.º, 10.º. e 11.º. terão a oportunidade de participar no “Verão em Projeto”, que contempla atividades em quase todas as faculdades do Porto.-----

-----O Programa Universidade Júnior tem um custo semanal por aluno de cento e oitenta e cinco euros (185,00 €), sendo oitenta euros (80,00 €) de taxa de inscrição nas atividades e cento e cinco euros (105,00 €) de alojamento e refeições.-----

-----Assim e considerando que o Programa vem ao encontro de alguns dos objetivos do Projeto Municipal “Da Escola, Agarra a Vida”, e que integra o seu plano de ação do ano em curso, colocam à consideração a autorização para a operacionalização da ação (divulgação e inscrição) junto dos alunos, selecionando 80, à semelhança do ano passado, e definindo como critério de participação (semana de 2 a 6 de julho):-----

----- Alunos do 8.º. e 9.º. Anos:-----

-----1.º.-Estar a frequentar o Programa de Orientação Escolar e Profissional do Projeto “Da Escola Agarra a Vida”, com uma assiduidade igual ou superior a oitenta por cento (80%) das sessões.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----. 2º.- Ordem de Inscrição.-----

-----Alunos do 10º. e 11º. Ano:-----

-----1º.-Não ter frequentado a Universidade Júnior através do apoio da Câmara Municipal, duas ou mais vezes.-----

-----. 2º.- Ordem de Inscrição.-----

-----Para os alunos que não preencham os critérios de participação e que pretendam frequentar a universidade júnior, na semana de 2 a 6 de julho, colocam à consideração o pagamento dos transportes destes pelo Município, ficando o custo semanal (inscrição, alojamento e refeições) ao encargo dos agregados familiares.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar realização e a operacionalização da ação nos termos propostos bem como as respetivas despesas, devendo os serviços desenvolver o respetivo ao processo.-----

8.-ACÇÃO SOCIAL:-----

8.1.-RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICO DAS VITIMAS DOS INCÊNDIOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Relatório de Avaliação Psicológico das Vitimas dos Incêndios ocorridos a 7 e 15 de outubro, verificando-se que:-----

----- Mantêm-se em consulta 54 vitimas dos incêndios e 12 idosos;-----

-----De modo geral, todas as vitimas manifestam memórias traumáticas do incêndio que interferem no seu dia a dia e levam a reações físicas mas também comportamentais sobretudo de isolamento social. No entanto, observa-se à medida que o tempo vai passando, melhoras significativas que apontam para o renascer da esperança dos munícipes.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.- HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:

9.1.-URBANIZAÇÃO:

9.1.1.-Programa de Apoio às Habitações Permanentes danificadas pelos Incêndios de 15 de outubro de 2017:

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o e:mail da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, datado de 23/03/2018, a informar que, no âmbito do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente, foi lançado o procedimento concursal para a realização da empreitada de obras públicas de construção/reconstrução das habitações permanentes danificadas no Concelho de Mortágua, em consequência dos incêndios de 15 de outubro de 2017.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

10.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:

10.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – Turismo, desporto e Natureza:

10.1.1.-Rally de Mortágua – Protocolo com o Clube Automóvel do Centro:

----Pelo Senhor Presidente foi presente o protocolo a celebrar com o Automóvel Clube do Centro para a organização do Ralli de Mortágua 2018, a ter nos lugar dias 27 e 28 de abril corrente, a contar para os Campeonatos Portugal de Ralis, Taça FPAK de Ralis e ainda para o Campeonato Centro de Ralis, prevê uma contrapartida financeira do Município no montante de trinta e cinco mil euros (35.000,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e tendo em consideração a importância que eventos desta natureza representam na área sócio – económica e na promoção dos recursos naturais do Concelho e deliberou, por unanimidade, aprovar a realização do Rallye e atribuir para apoio a comparticipação no valor de trinta e cinco mil euros (35.000,00 €).-----

-----A presente despesa tem cabimento no orçamento municipal do corrente na rubrica 040701 encontra-se inscrita nas Opções do Plano no objetivo 08 Desenvolvimento Económico, Programa 001 – Desenvolvimento do Turismo, Projeto 2018/5078 – Turismo Desporto e Natureza, Ação 13 – Apoio Iniciativas de Outras Instituições.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.-ADMINISTRAÇÃO:-----

11.1.- ENCARGOS ASSUMIDOS EM 2017 - PAGAMENTO DE FATURAS:-----

-----Considerando que:-----

-----Nos termos da alínea a) do artigo 3º. da Lei nº.22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, são compromissos plurianuais “Os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido”.-----

-----Foi presente a fatura nº. 11/369, datada de 22/12/2017, da Socitop, Unipessoal, Lda. no valor de dois mil oitocentos e setenta e sete euros e quarenta e um cêntimos (2.877,41€), referente à Revisão de Preços da empreitada de Beneficiação de Pavimentos em Arruamentos na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, que reporta a compromisso assumido no exercício de 2017, e apenas foi rececionada nos serviços no exercício de 2018, configurando nos termos do referido diploma compromisso plurianual, carecendo deste modo o mesmo, nos termos da alínea c) do nº. 1 do artigo 6º. da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, de autorização prévia da Assembleia Municipal para a sua assunção.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs, por forma a não violar a referida norma, que se submeta a referida fatura para aprovação prévia pela Assembleia Municipal, procedendo-se posteriormente ao seu pagamento.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, e considerando que não é imputável ao credor a razão do não pagamento, deliberou por unanimidade, nos termos da alínea c) do nº. 1 do artigo 6º. da Lei nº.8/2012, de 21 de fevereiro, solicitar autorização prévia da Assembleia Municipal da assunção do compromisso da fatura por forma proceder ao respetivo pagamento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.2.- EDP – RENDA DE CONCESSÃO 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 6/18/D-GRI, de 13/03/2018, da EDP – Distribuição Energia, S.A. informando que nos termos do Decreto – Lei nº. 230/2008, de 27 de novembro, a renda de concessão de Baixa Tensão a pagar a este Município no ano de 2018 é de trezentos e setenta e seis mil e quarenta e nove euros e quinze centimos (376.049,15€) e a processar trimestralmente noventa e quatro mil e doze euros e vinte e nove centimos (94.012,29€).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

11.3.-CANDIDATURA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI Nº. 384/87, DE 24 DE OUTUBRO DESIGNADA “MORTÁGUA 2017 – REQUALIFICAR PAÇOS DO CONCELHO”:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência DCTF 501/18, da 14/03/2018, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, através do qual envia a informação nº. DCTF 136/18, de 1 de março, com a análise da candidatura designada “Mortágua 2017 – Requalificar Paços do Concelho” submetida por esta Câmara Municipal para a celebração de contrato programa no âmbito do Decreto-Lei nº. 384/87, de 24 de dezembro, que mereceu o parecer favorável.-----

-----O Investimento da intervenção ascende a seiscentos e vinte e nove mil seiscentos e nove euros e um centimos (€ 629.609,01), com IVA incluído, subdivido entre os anos de 2018 e 2019:-----

-----2018: investimento elegível (IVA incluído) - duzentos e nove mil oitocentos e sessenta e nove euros e sessenta e nove euros e sessenta e sete centimos (€ 209.869,67).-----

-----2019: investimento elegível (IVA incluído) – quatrocentos e dezanove mil setecentos e trinta e nove euros e trinta e quatro centimos (€ 419.739,34).-----

-----A que corresponderá a seguinte distribuição da comparticipação do Estado.-----

-----2018: cento e quatro mil novecentos e trinta e quatro euros e oitenta e três centimos (€104.934,83);-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----2019: duzentos e nove mil oitocentos e sessenta e nove euros e sessenta e oito cêntimos (€ 209.869,68);-----

-----Mais informa que procedeu ao registo da candidatura em causa, na plataforma informática da Direção Geral das Autarquias Locais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

11.4.-PEDIDO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO QUE ATESTE QUE O MUNICÍPIO DE MORTÁGUA É DE BAIXA DENSIDADE:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido, enviado por correio eletrónico de 23/03/2018, e registado nestes serviços, com o n.º 1467, em 28/03/2018, da EDEGE – Internacional Lawyers, com morada em Praça Duque de Saldanha, 1 Edifício Atrium Saldanha, Piso, 1050-094, a solicitar em nome e representação do seu cliente cidadão de nacionalidade Síria, Mohamad Alaa Kawas, para efeitos de submissão perante o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em sede de processo de concessão autorização de residência, a emissão de declaração que ateste que local do investimento realizado por este, Mortágua, é um Município de Baixa Densidade, segundo os dados estatísticos oficiais do Instituto Nacional de Estatística.-----

-----De acordo com a escritura de compra e venda, que anexa ao pedido o investimento corresponde à fração autónoma “B”, composta pelo primeiro andar direito, tipo T1, e à fração autónoma “C”, composta pelo primeiro andar esquerdo, tipo T1, classificadas para fins turísticos, do prédio urbano denominado Lote 50, sito em Vale de Porcas, Crafuncho, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o n.º 3407, da União de freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo matricial n.º 2879.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, e considerando que o Município de Mortágua é de baixa densidade populacional, o qual, segundo os dados estatísticos oficiais do Instituto Nacional de Estatística, é de 36,8 hab/Km², deliberou por unanimidade emitir a declaração



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

solicitada.-----

12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

12.1.-PROCESSO N.º. 06/2018/3 DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 06/2018/3 em que é requerente Carlos Manuel Fernandes dos Santos, residente na Travessa do Posto Médico, n.º.2, Marmeleira, 3450 – 095 Mortágua, através do qual vêm requerer ao abrigo do artigo 6.º. do Decreto – Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º. 136/2014, de 09 de setembro, a emissão de certidão de destaque de parcela de terreno sito em Vale da Rainha/Travessa do Posto Médico, Freguesia da Marmeleira inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo 560 e registado na Conservatória da Freguesia de Mortágua sob o n.º 775.-----

-----O terreno tem a área de 3490 m2, confronta de norte com Basílio Assunção e Rua (Travessa do Posto Médico), de nascente com Silvino Marques de Matos, de sul com Joaquim Rocha, Poente com Augusto Pereira de Sousa.-----

-----A parcela a destacar com a área de 1552,41 m2, confrontando de: norte com Carlos Manuel Fernandes Santos e Rua (Travessa do posto Médico), nascente com Silvino Marques de Matos, de Sul com Joaquim Rocha, Poente com Joaquim Rocha.-----

-----Parcela Restante com a área de 1941,59 m2, confrontando de norte Basílio Assunção; nascente com Carlos Manuel Fernandes Santos, Otilia M.J.R. Santos e Rua (Travessa do Posto Médico), de Sul com Joaquim Rocha e Carlos Manuel Fernandes Santos e poente com Augusto Pereira de Sousa.-----

-----Sobre o processo o Chefe de Divisão de Administração do Território, emitiu em 24/01/2018 o Parecer Técnico que conclui “Atendendo a que a parcela em causa se situa em “perímetro urbano” e as parcelas que resultam do destaque confrontam com arruamentos públicos, nada há a opor ao deferimento da pretensão”.-----

-----Depois de apreciado o processo e respetivo Parecer Técnico, a Câmara deliberou por unanimidade emitir a certidão de destaque.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.2.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2014/272, DA MORTAGUAFIT, LDª. DE ALTERAÇÃO – ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS COM ESPAÇO COM DANÇA, EM RUA MANUEL LOURENÇO FERREIRA, 1, VALE DE AÇORES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2014/272, em nome da MORTAGUAFIT, LDª., referente à alteração de estabelecimento de bebidas com espaço com dança, na Rua Manuel Lourenço Ferreira, com vista à declaração de caducidade do licenciamento para a realização da operação urbanística.-----

-----Depois de analisado o processo verifica-se que:-----

-----1.-O pedido de licenciamento supra mencionado foi deferido por despacho de 7/01/2016, tendo sido comunicado tal facto ao requerente pelo ofício referência DAGF/AG – 195, de 13/01/2016 e que o mesmo dispunha de 1 ano para requerer o respetivo alvará de construção, sob pena de caducidade do mesmo.-----

-----2.-Como não foi entregue qualquer pedido para requerer a licença estando o prazo ultrapassado, em 19/01/2017 foi emitido Despacho pela Vereadora com competência delegada do seguinte teor:-----

-----“ A Gestora do Processo informou a 18/01/2017 a fls. 275 que terminou a 17/01/2017 o prazo de um ano estabelecido no nº. 2 do artigo 71º. do RJUE, para ser requerida a emissão de alvará de licença, sem que a requerente tenha procedido em conformidade.-----

-----Desta forma notifica-se a requerente para no prazo de (10) dez dias exercer o seu direito de audiência expondo, por escrito, o que tiver por conveniente, sob pena de ser declarada a caducidade da licença, em cumprimento do preceituado no nº. 5 do artigo 71º. do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e dos artigos 121º. e 122º. do Código do Procedimento Administrativo.”-----

-----4.-Em 30/01/2017 foi o requerente notificado pelo ofício nº. DAGF/AG – 197, do teor do referido despacho, no qual lhe foi concedido o prazo de 10 dias, para nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º. e 122º. do CPA (Audiência Prévia), vir dizer, por escrito



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

o que se lhe oferecesse relativamente ao teor do mesmo. -----

-----5.- Em 08/02/2017, na sequência da notificação, veio a requente ao abrigo do n.º 2 do artigo 76.º do Dec. Lei 5557), na sua atual redação, requerer a prorrogação do prazo, por mais 1 ano, para solicitar a emissão do alvará de licença de obras, nos termos do n.º 1 do mesmo artigo.-----

-----6.- Em 16/02/2017 foi por Despacho da Vereadora com competência delegada deferido o pedido de prorrogação de emissão de alvará de licença, por uma única vez, e pelo prazo de um ano.-----

-----7.- Foi comunicado tal facto ao requerente pelo ofício referência DAGF/AG – 386, de 22/02/2017, tendo terminado 17/02/2018 o prazo sem que o requerente tenha vindo requerer a emissão do alvará de licença.-----

-----8.-De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a licença caduca se não for requerido a emissão do respetivo alvará no prazo estipulado e respetivas prorrogações.-----

-----De acordo com o estabelecido no n.º 5 do citado artigo, a caducidade deve ser declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado.-----

-----Assim, atendendo que:-----

-----1.-A licença para a realização das operações urbanísticas relativas à edificação caduca «se no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento não for requerida a emissão do respetivo alvará», conforme previsto no artigo 71.º, n.º 2, alínea d) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----2.-A caducidade referida no citado artigo não tem, contudo, carácter automático. Na verdade, conforme ressalta do n.º 5 do citado artigo «A caducidade prevista no n.º 2 é declarada pela câmara municipal, com audiência prévia do interessado».-----

-----3.-O caso em apreço, reflete uma circunstância objetiva de ultrapassagem de prazo, a caducidade já se encontrará constituída, sendo que a declaração de caducidade por parte da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Câmara Municipal terá uma eficácia meramente declarativa, até porque, se encontra acometida ao Município uma obrigação legal de pronúncia administrativa no sentido de declarar a caducidade do licenciamento.-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal aprecie e delibere:-----

-----1.-Notificar o Requerente que é intenção do Executivo ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento da operação urbanística, atendendo a que o requerente não requereu a emissão do alvará no prazo de um ano e sua prorrogação.-----

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de 10 dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade notificar o Requerente que é intenção do Executivo ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento da operação urbanística, atendendo a que não requereu a emissão do alvará no prazo de um ano e sua prorrogação, e conceder-lhe o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.--

12.3.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA 1ª. PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS N.º. 01/2013/3, DE RECONSTRUÇÃO – ARRUMOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 01/2013/43, em nome Fernando António Lino, residente em Rua Principal, Freguesia de Trezoi, referente à reconstrução de um anexo para arrumos, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de, 15/11/2017, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo(CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, foi notificado através do ofício refª, 3688 de 29/11/2017, o requerente Fernando António Lino, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade a caducidade do processo n.º 01/2013/43, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º nº.93/2013, cujo término (última prorrogação) ocorreu em 23/02/2017, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----O requerente veio em 20/12/2017, no seguimento àquele ofício, informar que de momento não tem possibilidades continuar as obras, nada mais tendo dito ou requerido.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, em conformidade com o disposto no na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, declarar, a título de decisão final, a caducidade do processo n.º 01/2013/43 que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 93/2013, cujo término (última prorrogação) ocorreu em 23/02/2017, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização. -----

12.5.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº. 01/2018/161, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2016/137, CONSTRUÇÃO NOVA – MORADIA, MUROS DE VEDAÇÃO E SUPORTE, (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o nº. 01/2018/161, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nome da Frederico de Abreu Lopes, residente em Rua Principal, n.º 34, Lourinha de Cima, 3450-035 Mortágua, a solicitar, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil duzentos e oitenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos (1.285,75 €) e da TMU no valor de quatrocentos e sessenta e um euros e seis cêntimos (461,06 €), do processo n.º 01/2016/137 - Construção Nova - Moradia, muros de vedação e suporte, sita na Rua Vale do Botão, Vale de Ovelha, Freguesia de Trezoi.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do artigo 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão a Frederico de Abreu Lopes da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil duzentos e oitenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos (1.285,75 €) e da TMU no valor de quatrocentos sessenta e um euros e seis cêntimos (461,06 €), referentes ao processo n.º 01/2016/137 - Construção Nova - Moradia, muros de vedação e suporte, sita na Rua Vale do Botão, Vale de Ovelha, Freguesia de Trezoi.-----

12.6.-PROCESSO N.º. 04/2018/21, DE PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O EDIFÍCIO REGISTADO COM O ARTIGO 304 NA MATRIZ:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º 04/2018/21, requerimento n.º 142/2018,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

em nome de Maria da Conceição Pereira, Cabeça de Casal da Herança de Anibal dos Reis, residente na Rua do Bairro Alto, nº.7, Azival, 3450 -054 Mortágua, a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da Freguesia de Espinho, sob o artigo 304, sito na Rua Principal S/N, no Azival, Freguesia de Espinho, encontra-se em ruína total.-----

-----O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo conclui que o edifício encontra-se em estado de degradação e ruína não possuindo por isso condições mínimas de utilização.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

12.7.-PROCESSO Nº. 04/22018/25, DE PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O EDIFÍCIO REGISTADO COM O ARTIGO 387 NA MATRIZ DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA ENCONTRA-SE EM RUINAS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º 04/2018/25, requerimento nº.177/2018, em nome de Licinia Maria Ligeiro, residente no Beco Vaz de Caminha, nº. 18 R/C Esqº., Monte Goredó, 8900-467, Vila Real de Santo António, a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, sob o artigo 387, sito na Rua do Cruzeiro, 19, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, encontra-se em ruína.-----

-----O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo conclui que o edifício encontra-se em estado de degradação e ruína não possuindo por isso condições mínimas de utilização.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.8.-PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----

12.8.1.-De Maria Teresa Henriques de Almeida e Sousa:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.10/2018/11, em nome de Maria Teresa Henriques de Almeida e Sousa Lobo, residente em Rua Daniela Rodrigues, 184, Santo António dos Olivais, 3030 – 257 Coimbra, em que na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da União de Freguesia de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça, com o artigo 117031 no local denominado “Vale da Lebre”, com a área de 1592,00 m2, requiere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de compra e venda favor de Nelson Miguel da Silva Carvalho e Amália Anabela Simões Dias da Cruz Lopes.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

12.8.2.-De Zaida da Silva Araújo Francisco:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.10/2018/12, em nome de Zaida da Silva Araújo Francisco, residente em Rua Fundo do Lugar, nº.2, Cerdeira, 3450-381 Mortágua, em que na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Artur Simões e proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Cercosa, com o artigo 1128 no local denominado “Morbêlho”, com a área 0,6616 ha, requiere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de: um terço (1/3), Zaida da Silva Araújo Francisco, 1/3 Messias Silva Araújo; um terço (1/3) Maria Hortênsia Silva Araújo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.9.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

12.9.1.-Processo nº. 08/2017/04:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 08/2017/04, referente ao prédio em mau estado de conservação, sita na Rua Dr. João Lopes de Moraes, 51, em Mortágua, propriedade de Jorge Manuel Gomes da Fonseca, com residência em Rua da Escola, 67 Vila Nova, 3450 – 346 Sobral, acompanhado do auto de vistoria efetuada de acordo com o preceituado na alínea w) do número 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro no qual foram peritos, o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos e o Fiscal Municipal Bruno Borges.-----

-----Tendo em conta a determinação do artigo 89º. do Decreto – Lei número 555/99, de dezasseis de Dezembro, e posteriores alterações que comete às Câmaras competência para determinar a execução de obras necessárias e corrigir as más condições de salubridade, solidez ou segurança contra o risco de incêndios.-----

-----Considerando que nos termos do número 3, do artigo 89º. do Decreto – Lei número 555/99 conjugado com a alínea w), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, comete às Câmaras Municipais competência para ordenar, precedendo de vistoria, a demolição de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas.-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade, com base no disposto na alínea w), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75, de 12 de Setembro, do número, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 121º. do Código do Procedimento Administrativo, notificar o proprietário para no prazo de 15 dias se pronunciar sobre o seguinte projeto de decisão:-----

-----“A Câmara, considerando o auto de vistoria exarado no processo e que se dá aqui por integralmente reproduzido deliberou por unanimidade, notificar o proprietário do seguinte:-----

-----“O edificado, em avançado estado de degradação, deve ser demolido na sua globalidade e os resíduos daí resultantes retirados do local para depósito adequado, num prazo máximo de 3



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

meses.-----
-----No decurso de demolição, o espaço deve ser vedado provisoriamente, por questões de segurança.-----
-----Devem ainda ser garantida as condições de estabilidade e segurança dos edifícios confinantes”.-----

12.9.2.-Processo nº. 08/2018/02:-----

-----No seguimento da notificação feita, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. do Código do Procedimento Administrativo, através do ofício referência 667, de 19/03/2018, Pedro Luís de Meneses Cabral, residente, na Rua Jorge Anjinho, Lote nº. 13 – 6A,, 3030 – 382 Coimbra, da decisão tomada na reunião ordinária da Câmara de 07/03/2018, relativa ao processo 08/2018/02 de edificação em mau estado de conservação, Falgaroso do Maio, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, veio este através do e:mail de 26/03/2018 informar que pretende, dada a absoluta necessidade, de proceder à reconstrução da edificação para arrumar alguns pertences, visto que a sua habitação também sita no Falgaroso do Maio foi completamente destruída pelos fogos.-----

-----O processo tem-se revelado mais demorado do que seria seu desejo, quer pela falta de disponibilidade das pessoas que contratou para a reconstrução, quer ultimamente pela chuva que tem feito adiar o início das obras-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade conceder o prazo de um ano para a reconstrução da edificação em causa.-----

12.9.3. Processo nº. 08/2018/06:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Parecer Técnico, datado de 19/03/2018 do Chefe da DPAT, emitido na sequência da informação dos serviços de Fiscalização Municipal, sobre a existência de um edifício em estado de ruínas, em Rua Estrada Camarária, Benfeita, de propriedade de Encarnação dos Santos, residente em 46, Rue de Paris 30190, Estrees St Dinis, França, que se transcreve:-----

-----“ Na sequência da informação da Fiscalização Municipal (fl.2,3,4), conclui-se que se trata



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de :-----

-----. uma situação de falta de solidez, de insegurança e instabilidade do edifício e muro existentes confinantes com uma via municipal;-----

-----. clara possibilidade de colapso e ruína do edificado, colocando em perigo a segurança viária e de pessoas e bens nas áreas públicas envolventes;-----

-----. desconformidade com as normas legais do RJUE – DL nº. 555/99 alterado pelo 136/2014, de 9 de setembro, consubstanciados nos artigos 89º. – dever de conservação e 89º.

A – proibição de deterioração;-----

-----. incumprimento das normas legais e regulamentares relativas ao aspeto exterior e inserção urbana e paisagística das edificações nas povoações em que se localizam, constantes do artigo 121º. do RGEU.-----

-----Atendendo ao nº. 8 do artigo 90º. do DL 555/99, alterado pelo DL nº.136/2014 que se transcreve “ *as formalidades previstas no presente artigo podem ser preteridas quando exista risco iminente desmoronamento ou grave perigo para a saúde pública, nos termos previstos na lei para o estado de necessidade*”, propõe-se nessa sequência, a demolição urgente e imediata do edificado e limpeza de RCD do terreno, por parte do Município”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, considerando o parecer técnico do Chefe da DPAT, proceder à demolição urgente e imediata do edificado e limpeza de RCD do terreno, por parte do Município, devendo no entanto notificar-se o proprietário da presente decisão para se pronunciar, no prazo de dez (10) dias, se assim o entender.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Breda Secretário do Órgão e
pelo Senhor Presidente.-----